

APRESENTAÇÃO PRIORIDADES PPUE NA COMISSÃO REGI

INTERVENÇÃO DO MINISTRO DO PLANEAMENTO NELSON DE SOUZA

Lisboa, 01 de fevereiro de 2021

Senhor Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, Younous Omarjee,
Caros Vice-Presidentes e Caros Coordenadores de Grupos Políticos,
Caros membros do Parlamento Europeu,

Gostaria de começar por dizer que é com grande satisfação e honra que estou aqui para apresentar as prioridades da Presidência Portuguesa ao Parlamento Europeu, através da Comissão REGI, que se ocupa do núcleo dos fundos estruturais da Política de Coesão. Além disso, quero saudar todos os Deputados do Parlamento Europeu a esta Comissão, em especial o seu Presidente.

Sr. Omarjee,

Sabemos que o seu empenho foi crucial para a intervenção positiva do Parlamento Europeu no avanço do dossier do Fundo de Coesão. E por isso, a Presidência Portuguesa quer agradecer o seu contributo e salientar o papel que a Comissão REGI desempenhou na “última hora” do processo de conclusão do pacote legislativo relacionado com a Política de Coesão 2021-27.

“Tempo de agir: por uma recuperação justa, verde e digital”. Este é, como sabem, o lema da Presidência Portuguesa: reforçar a resiliência e confiança da Europa no Modelo Social Europeu, promovendo uma União assente nos valores comuns de solidariedade, convergência e coesão, capaz de uma ação coordenada e de recuperação da crise. Queremos estimular uma estratégia para responder, ao mesmo tempo, a questões que vão da recuperação económica, à promoção da transição climática e digital e ao enfrentamento do desafio demográfico.

Após um impulso decisivo durante a Presidência Alemã, com a aprovação do Quadro Financeiro Plurianual e do pacote Next Generation, a principal responsabilidade da nossa Presidência é colocar os programas e fundos da União ao serviço da Recuperação e, na fase seguinte, mas imediata, dos objetivos de Coesão e Convergência.

Dizemos que é chegado o momento de agir, pois queremos concluir rapidamente os regulamentos do novo período de programação, para que os resultados das nossas estratégias e objetivos comuns possam estar no terreno.

- A Política de Coesão tem um papel central no processo de recuperação e convergência, através da mobilização dos Fundos Estruturais tradicionais, ampliados desta vez, com os recursos do pacote financeiro do NextGeneration e, em particular, do Mecanismo de Recuperação e Resiliência. Neste contexto, gostaria de salientar, e reconhecer, o intenso trabalho e os esforços significativos que as anteriores Presidências do Conselho e o Parlamento Europeu dedicaram às grandes prioridades da Política de Coesão da EU, que foram determinantes para que, no passado mês de dezembro, durante a Presidência Alemã, fosse possível alcançar um acordo político em relação aos seus principais Instrumentos. Refiro-me concretamente:
- Ao Regulamento das Disposições Comuns, que estabelece as regras estruturantes com base nas quais são geridos os fundos estruturais;
- Ao Regulamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo de Coesão, que correspondem a 71% dos fundos do Pacote da Coesão, assumindo assim uma particular importância para corrigir os desequilíbrios entre os níveis de desenvolvimento das regiões europeias, incluindo as ilhas e as regiões ultraperiféricas;
- Ao Regulamento do Interreg, que simplificará significativamente a cooperação territorial dentro e fora das fronteiras da União Europeia;
- Ao Regulamento do Fundo de Transição Justa, que apoiará as regiões mais afetadas pela transição para a neutralidade climática.

No período de programação 2021-27, aos instrumentos da Política de Coesão acompanhados por este Comité, juntam-se dois outros dossiês relacionados:

- Fundo Social Europeu Plus (FSE+)
- MRR - Mecanismo de Recuperação e Resiliência

Neste momento, estes dois mecanismos estão com decisão política encerrada entre a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu e o Conselho: o trílogo do FSE+ da passada quinta-feira, com acordo nos pontos ainda em aberto; e a aprovação do Regulamento do IRR pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, ainda durante o corrente mês.

Estando em vias de decisão final os dossiês legislativos relativos à vertente do MRR e também do FSE+, importa agora conferir particular prioridade à resolução das questões ainda em aberto relativamente aos Anexos e Considerandos dos Regulamentos do Regulamento de Disposições Comuns e do FEDER, convocando os trílogos necessários.

Finalmente, uma nota para outros dois outros dossiês adicionados à Política de Coesão:

- O primeiro, o Brexit Adjustment Reserve, para apoio aos Estados Membros afetados, cujo processo se encontra numa fase inicial, mas que se prevê que possa ser concluído durante a Presidência Portuguesa;

- O segundo, o European Cross-Border Mechanism, instrumento orientado para remover os obstáculos jurídicos e administrativos num contexto transfronteiriço, está em análise no Conselho.

Desenvolveremos todos os esforços para que o pacote legislativo dos Fundos da Coesão possa ser aprovado na reunião do Conselho Geral dos Assuntos de Coesão de 15 de abril, de modo a que os instrumentos possam entrar em vigor, necessariamente, ainda no 1º semestre.

Este é o momento decisivo para concretizar as decisões históricas que tomámos nos últimos meses. O Parlamento Europeu e o Conselho podem orgulhar-se dos resultados das negociações dos últimos meses, conduzidas com um forte espírito de empenhamento e reconhecimento dos objetivos comuns da União. É neste mesmo espírito e no interesse dos nossos objetivos comuns que pretendemos prosseguir a nossa ação, em estreita cooperação entre a Comissão, o Parlamento Europeu e o Conselho, porque é “tempo de agir”, de colocar os instrumentos em prática, de responder ao que a Europa espera de nós. Pessoas, trabalhadores, empresas, regiões e Estados-Membros estão à nossa espera para apoiar os investimentos na resiliência, recuperação e coesão da Europa.

Muito obrigado.

Nelson de Souza
Ministro do Planeamento